

A TRANSEXUALIDADE E O MERCADO FORMAL DE TRABALHO: PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL

Karen Ketlin Kaffer (UTFPR) - karenkaffer@hotmail.com

Felipe Gerais Ramos (UTFPR) - felipegerais@hotmail.com

Alvaro Luis Alves (UTFPR) - alvaroselva@hotmail.com

Leonardo Tonon (UTFPR) - leotonon@gmail.com

Resumo:

Diante da nova cartografia das relações entre gêneros e das sexualidades na cultura contemporânea, o presente artigo pretendeu investigar as principais dificuldades enfrentadas por travestis e transexuais ao buscarem inserção no mercado formal de trabalho. Para a realização deste estudo de caso múltiplo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com duas transexuais, além de conversas informais estabelecidas com profissionais residentes na cidade de Curitiba-PR. A pesquisa permitiu identificar que dentre as principais dificuldades enfrentadas por estas profissionais, o preconceito na idade escolar, o difícil acesso à formação profissional, o não respeito ao uso do nome social e a patologização do transexualismo mostram-se como pontos elementares que dificultam a atuação em postos formais de trabalho. Indiretamente, a pesquisa permitiu identificar a falta, ou mesmo ineficácia, de políticas públicas voltadas para o atendimento de tal público.

Palavras-chave: *trabalho formal; travestis; transexuais.*

Área temática: *GT-04 Sobre Desigualdades e Interseccionalidades: Discutindo Raça, Gênero, Sexualidade e Classe Social nos Estudos Organizacionais*

A TRANSEXUALIDADE E O MERCADO FORMAL DE TRABALHO: PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL

RESUMO

Diante da nova cartografia das relações entre gêneros e das sexualidades na cultura contemporânea, o presente artigo pretendeu investigar as principais dificuldades enfrentadas por travestis e transexuais ao buscarem inserção no mercado formal de trabalho. Para a realização deste estudo de caso múltiplo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com duas transexuais, além de conversas informais estabelecidas com profissionais residentes na cidade de Curitiba-PR. A pesquisa permitiu identificar que dentre as principais dificuldades enfrentadas por estas profissionais, o preconceito na idade escolar, o difícil acesso à formação profissional, o não respeito ao uso do nome social e a patologização do transexualismo mostram-se como pontos elementares que dificultam a atuação em postos formais de trabalho. Indiretamente, a pesquisa permitiu identificar a falta, ou mesmo ineficácia, de políticas públicas voltadas para o atendimento de tal público.

Palavras-chave: trabalho formal; travestis; transexuais.

Introdução

Em geral as discussões contemplando elementos relacionados às questões de gênero tem ganhado cada vez mais espaço nos Estudos Organizacionais. Nesse contexto, verifica-se que algumas discussões, como as dos movimentos feministas tem se sedimentado em suas discussões e estudos, enquanto outros campos ainda carecem de maior aprofundamento tanto empírico quanto teórico. Nesta última perspectiva encontram-se as discussões vinculadas às investigações atinentes aos travestis e transexuais, que ainda apresentam baixo número de investigação e discussões.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo consiste em investigar as principais dificuldades enfrentadas por travestis e transexuais aos buscarem a inserção no mercado formal de trabalho. Entende-se que esta temática passa ainda por questões vinculadas a processos discriminatórios e situações de violência presentes não apenas no contexto de trabalho, mas difundidos e normalizados no contexto sociocultural.

É importante destacar que travestis e transexuais são pessoas que abancam as fronteiras do gênero, causam insegurança na estruturação binária e polarizada de gênero que contestam o modo de vida hétero, via de regra, considerado normal pela sociedade. Defendemos que se faz necessária uma ampliação na discussão que envolva as temáticas voltadas à heterossexualidade e trabalho, essencialmente de modo a despertar para discussões que possam, direta ou indiretamente, contribuir para o reconhecimento das dificuldades enfrentadas por esta população. Nesse sentido, apoiados nos argumentos de Berenice Bento (2012), afirmamos que é preciso uma mudança de pensamento, principalmente no que tangem as políticas oficiais com intuito de atender as demandas das pessoas transgênero. Para tanto, discutir sobre as concepções hegemônicas binárias de masculinidade e feminilidade, tornam-se pontos fundamentais para compreender situações de vida e trabalho de pessoas que, por vezes são discriminadas ao terem

suas identidades cerceadas, ou mesmo terem sua dignidade ferida no contexto de trabalho. Em outras palavras:

[...] A discussão sobre o que é gênero é fundamental para que possamos problematizar a concepção hegemônica sobre as identidades de gênero e as sexualidades trans. [...] O caráter polissêmico dessa categoria, portanto, reverbera em disputas teóricas e se materializa em políticas públicas que podem encarnar uma concepção mais ou menos biologizante das identidades. (BENTO, 2012, p. 2656)

Em termos empíricos, o argumento deste trabalho fundamentou-se, especificamente, por meio da contextualização de dois casos constituídos a partir de duas entrevistas realizadas com duas transexuais. Além dessas entrevistas, conversas informais foram capazes de enriquecer as discussões buscando compreender o contexto social ao que estas minorias são submetidas.

Em termos de estrutura, serão apresentados a seguir os principais conceitos relacionados à sexualidade, bem como alguns argumentos e definições de pesquisas realizadas nos estudos organizacionais sobre o tema que tenham relevância e relação com o objetivo deste artigo. Posteriormente irá realizar-se um debate sobre violência interpessoal e assédio moral. Em seguida, serão apresentados os caminhos percorridos para se realizar esta pesquisa. Após a apresentação dos dados obtidos em campo, bem como a contextualização de suas análises, serão traçadas algumas considerações finais.

2 Breves Discussões Sobre Sexo, Gênero e a Transexualidade

Logo de início é importante apresentar nosso entendimento de que as definições de gênero são de origens sociais. Trata-se então de práticas cotidianas voltadas ao que está no plano do social, cultural e historicamente constituído. Para Butler (2008, p. 24) o gênero trata de aceções culturais adotados pelo corpo sexuado "supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de 'homens' aplique-se exclusivamente a corpos masculinos ou que o termo 'mulheres' interprete somente corpos femininos". Todavia, para Arán (2007, p. 133), "o sujeito gendrado seria antes, o resultado de repetições constitutivas que impõem efeitos substancializantes".

Para os autores acima mencionados, gênero não transmite a realidade biológica do nascimento do ser, mas a pessoa, em seu contexto social, constrói e é construída no sentido dessa realidade. Por outro lado, sexo é o fator determinado biologicamente ao ser, ou seja, denominado masculino ou feminino. Em outras palavras, ao sexo se referem as condições biofisiológicas que distinguem as "fêmeas" dos "machos", o feminino do masculino (diferenças morfológicas, hormonais, entre outras); enquanto o gênero, trata de correspondências e construções diretamente ligadas a elementos culturais e psicossociais, não correspondendo a algo natural.

Para Bourdieu (2005) ao se discutir as relações de gênero, não se podem deixar de lado as referências biológicas, todavia, a grande diferença socialmente estabelecida se dá por meio de todo um processo histórico, influenciada por produções e reproduções incorporadas e, muitas vezes, naturalizadas, confirmando a hierarquização de certos processos de dominação em tais relações. Desse modo, o gênero, visto de forma binária está ligado à questões como poder, dominação social, necessidade de controle dos corpos e imposições das condições de comportamentos naturalizados e tidos como socialmente aceitos.

Segundo Bento (2012) esta visão binária atribui caráter universal ao indivíduo. A referida autora argumenta que:

[...] Os estudos sobre os gêneros, inicialmente, elaboraram construtos para explicar a subordinação da mulher calcada na tradição do pensamento moderno que, por sua vez, opera sua interpretação sobre as posições dos gêneros na sociedade a partir de uma perspectiva binária e de caráter universal. Dois corpos diferentes. Dois gêneros e subjetividades diferentes. Esta concepção binária dos gêneros reproduz o pensamento moderno para os sujeitos universais, atribuindo-lhes determinadas características que se supõe sejam compartilhadas por todos os homens e por todas as mulheres. O corpo aqui é pensado como naturalmente dimórfico, uma folha em branco, esperando o carimbo da cultura que, através de uma série de significados culturais, assume o gênero (BENTO, 2012, p. 2658).

Ao adentrar a seara dos significados culturais, para além dos elementos binários envolvendo a produção dos corpos, é possível trazer presente o contexto de identidade, entendendo-a, conforme Ciampa (1984, p. 137), a partir de seu contexto social como o “[...] reconhecimento de que o indivíduo é o próprio de quem se trata; é aquilo que prova ser uma pessoa determinada, e não outra”. Nesse sentido, o autor complementa que a identidade “ora distingue, diferencia; ora confunde, une, assimila” e conclui que o termo corresponde a algo “diferente e igual”. Nesse sentido, o processo de criação da identidade passa a ser elemento fundamental na construção do sujeito como um todo, inclusive no que se refere aos aspectos ligados ao gênero.

Desse modo, na busca por respeito relativo às identidades e, visando reduzir o preconceito e o uso de terminologias que não abarcam a amplitude de possibilidades nessa construção do sujeito, a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais publicou um manual com conceitos adequados no entendimento dessa Associação, sendo transgênero "Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade".

Em geral, classificam-se os transexuais como pessoas que possuem a esperança de modificar as características físicas do sexo (JOHNSON, 2010). Integralizando esta reflexão, transexuais correspondem a indivíduos cuja identidade de gênero é diferente da qual foi estabelecida biologicamente, no nascimento, independente da sua orientação sexual. Desta forma, um transexual feminino começa a vida com o corpo masculino, porém com uma identidade de gênero feminino, enquanto um homem transexual começa a vida com um corpo feminino, mas tem identidade de gênero masculino (JOBSON et al, 2012).

Em geral, na vida social, transexuais sofrem preconceitos principalmente durante o início do tratamento, aos quais algumas pessoas se submetem, com o intuito de adequarem o físico ao psicológico, ao tomarem hormônios do sexo oposto, podem apresentar diferenciações fisiológicas, na voz e conseqüentemente culturais, como a troca de vestimenta e na iniciativa de começar a utilizar o banheiro do sexo oposto. O'Hara et al. (2013) descreve a seguinte consideração:

[...] A partir de uma perspectiva sistêmica, as pessoas transexuais estão muitas vezes em desvantagem em vários níveis de identidade social ou de grupo. Socioeconomicamente, transgêneros sofrem a pobreza, experiência desproporcionalmente aos demais, a discriminação no emprego, e a falta de moradia. Uma possível consequência de ter meio econômico limitado é que as pessoas que procuram os serviços profissionais (por exemplo, aconselhamento, cirurgias, hormônios, injeções de silicone) podem tornar-se as metas de praticantes ilegais ou antiéticos (O'HARA 2013, p. 238).

Já os travestis são indivíduos que promovem modificações em seu próprio corpo, a fim de deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres, querendo pertencer assim, membros culturalmente aceitos como mulheres, porém sem desejar recorrer à cirurgia de transgenitalização, ou seja, a retirada do pênis. De acordo com Bazargan e Galvan, (2012, p.2)

"travestis são mais propensos a experimentarem a discriminação, estigmatização e vitimização em comparação com homens gays, lésbicas e bissexuais." Em suma, é possível afirmar que essas pessoas estão sendo submetidas à discriminação e a estigmatização excessiva associada ao preconceito oriundo do heterossexismo.

3 (Trans)Sexualidade e o Contexto Social

Em geral, é possível observar que a sociedade possui uma inserção de princípios heterocêntricos que muitas vezes ignoram ou adotam posturas preconceituosas quanto a presença e ascensão de travestis e transexuais no mercado corporativo. O percurso para a inserção no mercado de trabalho e sucesso na carreira passa obrigatoriamente pela instrução e qualificação. Todavia, desde muito cedo as travestis, transexuais e transgêneros enfrentam enormes barreiras neste caminho. Para alguns, as discriminações se iniciam ainda na infância, no contexto do ambiente familiar e da comunidade.

Atendo-se ao contexto de instrução escolar, Peres (2009), discute que este muitas vezes mostra-se como um ambiente conturbado em que é possível verificar certa fragilidade emocional que impede tais indivíduos de enfrentarem a estigmatização e a discriminação. Segundo o autor, este fato, muitas vezes, as levam a manifestarem reações de agressividade e revolta, e posterior abandono da vida escolar. Como consequência, a falta de instrução torna-se determinante para o insucesso na ocupação de cargos formais, acarretando em situações de marginalidade, essencialmente voltadas à vida da prostituição.

De certo modo, tal assunto amarra-se diretamente às questões de hierarquização do preconceito e, conseqüentemente, aponta para manifestações na forma de violências, não apenas físicas, mas essencialmente psíquicas e morais. Para Bicalho (2008, p.12), a violência interpessoal "decorre do ato de agredir o sujeito física ou discursivamente em seu ambiente de trabalho, impactando de modo degradante em questões atinentes ao seu trabalho, à sua vida pessoal e às suas relações; com destaque para as implicações psicopatológicas". Logo, as pessoas continuam a encontrar invisibilidade, ostensiva e discriminação mais sutil e violência para estes indivíduos.

Com o aumento dos casos de assédio moral no mundo corporativo, Macdonnell e Grigorovich (2012) defendem que as escolhas do emprego para travestis, transexuais e transgêneros nem sempre partem delas mesmas. Para elas, estas decisões de transição de local de trabalho são subjugadas por elementos como o subemprego. Além disso, as autoras salientam que o nível de renda e o acesso a educação básica são relevantes na formação da capacidade de introdução a profissões formais, ou seja, aquelas visadas como aceitas pela sociedade.

Visando compreender alguns pontos de vista, O'Hara et al. (2013) realizaram uma pesquisa para tentar compreender a compostura de heterossexuais se um transexual entrasse em sua empresa. Os resultados obtidos revelaram que todos os participantes mencionaram que inicialmente se sentiram incompetentes para trabalhar com pessoas transexuais por causa de sua falta de exposição e conhecimento. As pessoas heterossexuais no ambiente de trabalho tendem se afastar de minorias como o caso das travestis, transexuais e transgênero por medo dos estigmas, contribuindo para que essa parcela da sociedade seja submetida a condição invisibilidade e marginalização.

Rojas (2006) refere-se à discriminação no emprego como qualquer forma que se manifeste na área do serviço público ou privado, englobando a fase da procura do emprego, recrutamento e entrevistas de seleção e quais condições efetivas de conclusão ocorre da mesma. Rojas ainda fundamenta que o problema de acesso ao emprego para estas pessoas envolvem direitos fundamentais pessoais, sendo dever dos meios de comunicação, pois constituem um espaço privilegiado, a divulgação dos direitos desta comunidade, assim como a cooperação no desmantelamento desses preconceitos e estereótipos da sociedade atual.

A AET (2007) ampara seis atitudes sofridas por transgêneros, em relação ao trabalho e a discriminação social pela sua identidade de gênero, aos quais são:

[...] 1) Negação (por superiores ou colegas) ao reconhecer a identidade sexo da pessoa[...]; 2) comentários paternalistas[...]; 3) comentários depreciativos por amigo / quanto à condição de transgêneros por qualquer figura pública[...]; 4) a discriminação salarial em comparação com outros colegas / como tendo a mesma categoria profissional, por mero fato à condição transexual[...]; 5) Restrição ou negação de direitos trabalhistas reconhecidos em lei ou na convenção coletiva aplicável[...]; 6) A restrição dos direitos de proteção social que se relacionam com o tratamento clínico para mudança de sexo[...] (AET 2007).

Buscando condenar a discriminação destes indivíduos e a sua indução à atividade sexual ilegal, o governo americano desenvolveu uma busca incansável através dos meios de comunicação, salientando que os direitos são iguais para todos, além de buscar a proteção legal, política e a diversidade organizacional através de iniciativas educacionais para esta comunidade oprimida (MACDONNELL; GRIGOROVICH 2012). Já no Brasil, a reivindicação de políticas públicas de segurança buscando a normatização destes cidadãos constitui, na atualidade, umas das principais demandas do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). De acordo com Mello, Avelar e Brito (2014, p. 298) tal movimento baseia-se:

[...] na própria Constituição Federal, que reconhece a segurança como um dos direitos individuais fundamentais (artigo quinto, caput) e também como direito social (artigo sexto, caput), definindo-a, no artigo 144, como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, visando à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Os autores chamam a atenção para o fato de na nossa República não haver uma legislação federal que considere crimes atos de discriminação ou homofobia tão específicos. Por outro lado é possível observar a existência de programas que procuram minimizar os impactos das violências contra esta população. Mello, Avelar e Brito (2014, p. 298) salientam ainda que um exemplo recente "foi a instituição de um grupo de trabalho sobre a temática LGBT no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, com a finalidade de criar um desenho de boletim de ocorrência que permita caracterizar crimes homofóbicos", além de permitir e regulamentar a utilização do nome social no caso de travestis e transexuais.

Em suma, após a breve discussão teórica aqui realizada, torna-se importante que sejam apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

4 Procedimentos Metodológicos

Este é um trabalho inserido no campo dos estudos de casos múltiplos, que segundo Godoy (1995A, p. 25) "O propósito fundamental do estudo de caso (como tipo de pesquisa) é analisar intensivamente uma dada unidade social, [...] Com o objetivo de aprofundar a descrição de determinado fenômeno, o investigador pode optar pelo estudo de situações típicas (similares a muitas outras do mesmo tipo) ou não usuais (casos excepcionais)" Complementando este raciocínio, Cesar (2005, p. 4) fundamenta o estudo de caso múltiplo como aqueles "que se caracterizam por envolver mais de uma unidade ou objeto de análise, e nos quais a multiplicidade de evidência é investigada parcialmente em subunidades cujo foco está nas diferentes saliências do caso".

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas qualitativas semiestruturadas, as quais envolvem a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes no ato de estudo. Além do mais, tal forma de pesquisa empenha-se para a compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado,

considerando que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados (GODOY, 1995B).

Após as entrevistas realizadas, parte-se para a análise de conteúdo que, de acordo com Freitas e Moscarola (2002), consiste em uma leitura mais aprofundada de cada uma das respostas dos entrevistados, e ao perceber a similaridade entre elas, obtém-se uma ideia sobre o todo e conseqüentemente, ao final da análise, ocorrerá uma apresentação dos resultados obtidos de forma mais objetiva e concreta.

A fase de análise dos entrevistados se concentrou no conteúdo, bem como na história de vida de pessoas que foram auto identificadas como nascidas do sexo masculino/feminino e construíram o que consideram masculino/feminino em seus corpos. A partir de um roteiro semiestruturado, que contribuiu para a categorização dos dados, foram enfatizados principalmente aspectos vitais como: suas trajetórias pessoais; situações em entrevistas de emprego; relacionamentos com colegas de trabalho; recursos humanos da empresa; encarregado direto; preconceitos e aflições sofridas por meio de trabalho formal; relacionamentos com amigos na escola; demais caminhos percorridos ao decorrer da trajetória profissional; suas trajetórias afetivo-sexuais; a construção do corpo masculino/feminino; o manejo da identidade e sociabilidade e a forma como são tratadas cotidianamente por terceiros. Essas entrevistas foram possíveis por conta da ajuda oferecida por associações defensoras da comunidade LGBT, sediadas em Curitiba.

No total, foram realizadas 2 entrevistas no período entre outubro e novembro de 2014 nas dependências das associações de apoio e defesa à comunidade LGBT. As tiveram duração superior uma hora e posteriormente foram transcritas. Conversas informais com outras pessoas presentes nos locais das entrevistas também puderam contribuir com informações pertinentes às discussões.

Como recurso de diferenciação dos discursos, as faltas das entrevistadas apresentadas na seqüência estarão grafadas em *itálico*. Salienta-se que as análises realizadas não são estanques, na medida que permitem que novas interpretações sejam realizadas.

5 A Transexualidade em suas Dificuldades Sociais

Esta pesquisa, de modo geral, permitiu identificar as dificuldades e preconceitos vivenciados pelos transexuais. Apesar do limitado número de entrevistas realizadas, foi possível constatar que muitas destas situações são compartilhadas de modo semelhante por outras pessoas que sofrem pelas mesmas angústias. Esses preconceitos e violências simbólicas não estão limitados somente à área do trabalho, mas espalham-se pelas mais diversas esferas sociais e institucionais como famílias, escola, igreja, bem como estabelecimentos públicos e privados.

Como visto, as pessoas transexuais para conseguirem ser aceitas e se inserirem no mercado de trabalho, passam por muitas dificuldades. É devido a isso que muitas preferem mudar de vida, abandonar a escola e se isolar para evitar constrangimentos e humilhação. Este é o caso de Danielly, nome social adotado por uma das entrevistadas. Ela relata que abandonou seus estudos quando criança, pois ia à escola como menino porque a família não entendia que ela era uma transexual. Mas os sinais já se mostravam visíveis, apresentava "*trejeitos*". Como ela se reconhecia: "*eu era um piázinho que parecia uma menininha*". Na escola se sentia rejeitada e excluída, sofria agressões verbais, chacotas e omissão por parte da diretoria que não fazia nada para reverter à situação. Abandonou os estudos, pois se sentiu *expulsa* da escola. Danielly só retornou para uma escola com quase trinta anos de idade para terminar seu segundo grau, todavia sentia muito medo de entrar novamente em uma sala de aula e passar por todo o sofrimento da sua época de juventude.

Devido à falta de estudos, teve que recorrer a empregos que não exigiam nenhuma formação ou uma qualificação maior. Os exemplos citados por ela foram o trabalho como

vendedora, balconista e secretária. O que ela conseguiu a muito custo, foi trabalhar em uma empresa de telefonia, que segundo ela foi um fato muito marcante na sua vida, já que havia trabalhado em outros lugares, mas lá trabalhou por mais tempo, perfazendo um ano e quatro meses. Conta que ficou uma semana fazendo a seleção dentro do Rh da empresa. Fez entrevista com psicóloga, supervisora do Rh, supervisora da empresa e coordenadora. Na última entrevista a supervisora foi perguntar ao seu superior se ela poderia ou não contratar uma trans. O que seria desnecessário, pois ela tinha passado em todas as entrevistas. A coordenadora disse que não interessava quem era desde que se mostrasse capaz. Antes de ser contratada, indagou à superior se a empresa aceitava trans, se não tinham preconceito e as respostas sempre foram boas: *"nós respeitamos"*. Danielly conta que a supervisora disse que ela não teria problemas porque na empresa tinham vários gays, foi quando ela explicou que existia diferença entre gay e trans e que os gays não apresentavam problemas com o nome social e as trans sim.

"Eu assumi uma forma feminina e não quero ser tratada pelo meu nome do RG. Sofri muita discriminação lá dentro, porque meu nome não era respeitado" (ENTREVISTA COM DANIELLY).

Danielly ficou um ano e quatro meses circulando com um crachá com um nome masculino. Um ano e quatro meses sendo humilhada, passando constrangimentos constantes, sendo foco de piadas. Permaneceu todo esse tempo na empresa porque tinha consciência da dificuldade em conseguir aquele emprego e ser aceita em outro seria muito mais difícil. Resolveu conversar com seus superiores para que eles mudassem seu crachá e adotassem seu nome social. A resposta sempre era a mesma: nós não podemos fazer isso, pois é jurídico e não somos nós que podemos mudar. Ela retrucava dizendo que o crachá era feito pela própria empresa e não tinha nada de jurídico.

"Eu vou circular com este crachá com um nome que eu não me identifico, para as pessoas ficarem olhando uma mulher com o nome de homem e rindo da minha cara? Esse é o valor que vocês dão para seus funcionários que dão à cara a tapa pela empresa?" (ENTREVISTA COM DANIELLY).

Associado a outros fatores vinculados a altas metas e baixos reconhecimentos, Danielly se sentiu desmotivada e pediu demissão. Ela contou que entrou em depressão e ficou três meses em tratamento, tomando antidepressivo. Procurou outros empregos e não conseguiu nenhum.

"Eles te ligam e falam que viram teu currículo e que você foi selecionada e deve comparecer no tal endereço para fazer a entrevista. Chego ao local, sou entrevistada me tratam bem, mas eles já detectaram que existe um problema na vaga, sou transexual. Quando eles definem o que não querem no perfil da empresa, não aparecera palavra transexual, nós não temos visibilidade alguma, nós somos tratadas como troço. A desculpa é a mesma: nós te ligamos e te damos uma resposta. Esqueçam eles nunca ligam, apesar de falarem que não tem problemas em contratar uma trans. O que aconteceu, minha situação apertou e eu falei: Gente a sociedade não quer me ver trabalhando, não quer me ver produzindo, não quer me ver estudando, eles acham que eu não faço parte dessa sociedade. O que eu vou fazer? Me prostituir para não morrer de fome!" (ENTREVISTA COM DANIELLY).

A história de Danielly apresenta pelo menos dois obstáculos a serem vencidos pelos transexuais para exercerem a profissão que gostariam. Conseguir terminar os estudos buscando qualificação; e conviver com o duplo nome (nome de registro e o nome social) até conseguir a alteração definitiva na justiça. Para Danielly a retificação do nome na identidade é um dos

passos mais importantes e fundamentais para que as transexuais e as travestis sejam tratadas com mais dignidade.

"Eu chego a algum lugar, me apresento como Danielly, sou bem tratada. Me pedem meus documentos, quando mostro meu RG, tudo que está na frente da pessoa, essa mulher que eu sou, desaparece e eu passo a ser chamada de Senhor Daniel" (ENTREVISTA COM DANIELLY).

Acredita que se a adoção do nome social virasse lei, as pessoas seriam obrigadas a aceitar. Apesar das pessoas notarem que ela é trans, teriam que respeitar o documento.

"Eu sonho em chegar a tal lugar, a pessoa pedir meu documento e me tratar pelo que eu sou. Pronto e acabou! O que tem dentro do meu vestido só diz respeito a mim, se eu me operei ou não, só diz respeito a mim" (ENTREVISTA COM DANIELLY).

Danielly afirma que as meninas que realizam a cirurgia conseguem mais facilmente a troca do nome. Segundo Bento (2006) no Brasil ainda é exigido que, para se alterar o documento, é preciso fazer a cirurgia e, mesmo feita a cirurgia, o processo de mudança do prenome leva anos.

Voltando ao caso de Danielly que tem próteses nos seios, não tem sinal de barba e não tem a intenção de realizar a cirurgia, pois se considera uma mulher trans e bem com seu órgão sexual, a situação é mais delicada. Para ela, o pênis faz parte do seu corpo e ter uma vagina não mudará seu sentimento de gênero. O que realmente importa, segundo ela, é o seu sentimento. Ela reivindica o direito à identidade de gênero feminina sem precisar fazer a cirurgia.

"A justiça acha que para eu ser mulher eu tenho que operar. Mas eu posso correr risco de vida nessa cirurgia, posso morrer só para poder trocar de nome? Eu me sinto bem dessa forma, meu corpo é minha propriedade. Eu só quero ter o direito de ser quem eu sou e que atualmente não estou sendo" (ENTREVISTA COM DANIELLY).

De certo modo, a fala de Danielly corrobora o fato da construção do gênero ser efetivamente social, visto que, no seu entendimento, muito seria facilitado em sua vida se a aceitação social começasse pela legitimação de sua identidade, e não de seu corpo. Nesse sentido, é importante acrescentar que durante nossas pesquisas, tivemos uma breve conversa com Sabrina que conseguiu a mudança do nome. Hoje já tem um curso superior e está fazendo outro. Mas conta que uma das vezes em que realizou vestibular, como não tinha seu nome alterado no RG, seu nome social não foi respeitado e na chamada realizada antes da prova foi tratada pelo seu nome masculino. Relata que todos olharam para ela e a partir disso ela não conseguiu fazer a prova.

Fundamentalmente para esses casos, a retificação do prenome de acordo com sua identidade de gênero ou como elas se definem e se constroem é a prioridade essencial para que a pessoa transgênero possa exercer seus direitos e ser respeitada pela sociedade. Fica claro que a desburocratização dessa medida poderia contribuir com sua qualidade de vida. Para as entrevistadas a classificação ou categorização das pessoas em transexuais e travestis de acordo com conceitos biológicos não respeita suas identidades de gêneros construídas na suas perspectivas sócio-históricas.

No decorrer das entrevistas ouvimos alguns relatos como o de uma professora transexual da rede pública estadual em um padrão (20h) que está afastada das suas atividades por ser transgênero. Mesmo já possuindo um padrão (20h) no Estado a professora foi considerada inapta nos exames médicos para assumir um novo concurso em que foi aprovada. O motivo da inaptidão foi transtorno mental por ser transgênero. No relato a professora informou que quando foi convocada no primeiro concurso já tinha feito a transição de gênero e

não teve problema algum para assumir a vaga, todavia o órgão que está responsável pelo processo seletivo atual não é o mesmo do anterior e tem causado tal transtorno. Aqui a questão burocrática novamente manifesta-se como elemento de legitimação da discriminação na medida que considera a identidade de gênero um transtorno psíquico.

Outro assunto abordado com durante as entrevistas referia-se às relações familiares. A ruptura ou não com família é um ponto decisivo no caminho seguido pelas transexuais e as travestis. Das duas entrevistadas, Danielly não contou com qualquer apoio, enquanto Rafaelly teve oportunidades diferentes com relação ao posicionamento de sua família.

Rafaelly relata que o apoio e a compreensão de sua família assim que se percebeu transgênero foram fundamentais para que ela pudesse desenvolver sua identidade e se afirmar como mulher, contudo, mesmo com esse apoio, assim como Danielly, ela encontrou dificuldades e problemas para concluir seus estudos e se qualificar para atuar no mercado de trabalho. Conta que todas as vezes que trabalhou com carteira assinada ou no mercado formal foi por indicação de um familiar ou conhecido. Trabalhou nos setores de panificação de várias redes de supermercados de Curitiba. Procurava ser sempre a mais dedicada e produtiva para evitar comentários por parte dos outros funcionários, o que nem sempre adiantava. Exerceu a chefia do setor de panificação em uma destas redes, aponta que na ânsia de ser respeitada e aceita pelos demais trabalhadores procurava ser "legal", ou seja, não cobrava dos demais que cumprissem com suas obrigações e deveres o que causava muitos problemas como atrasos, faltas sem justificativas e descompromisso com a produtividade. Quando percebeu que essa postura não ajudava e ao contrário, só aumentava a falta de respeito dos demais colaboradores, decidiu mudar sua postura, agiria de forma profissional não só produzindo, mas exercendo as suas atribuições de chefia.

Conta que em razão das pressões sociais e preconceito das pessoas sofridos na infância abandonou os estudos que só foram concluídos recentemente na modalidade a distância. Hoje atua como presidente de uma ONG que defende os direitos de travestis e transexuais de Curitiba, possui o título de notórios saber em saúde de transgêneros atribuído pelo Ministério da Saúde. Reconhece que a sua história de vida não é o padrão e se considera exceção neste contexto conturbado e preconceituoso onde sobrevivem os transgêneros.

Danielly apresentou mais dificuldades que Rafaelly. Desde criança se sentia afeminada, mas foi com dezenove anos de idade que se construiu como Danielly e disse para a família que não era heterossexual e sim uma transexual. Ela foi expulsa de casa pelo seu pai. Conta que foi adotada com um ano de idade pelas pessoas que amava e considerava sua família, e essas mesmas pessoas que lhe tiraram da rua a colocaram de volta.

"Chutaram-me como se eu fosse um lixo, uma mercadoria com defeito que poderia ser trocada. Levei um golpe" (ENTREVISTA COM DANIELLY).

Danielly virou moradora de rua, teve que aprender a se virar sozinha. Procurou empregos, mas acabou caindo na prostituição. Ela não sabia o que fazer, tinha o alicerce de sua família e repentinamente não tinha onde morar. De maneira distinta, foi possível perceber em ambas as falas a significativa importância do apoio familiar. Segundo Danielly, esse trabalho deve ser feito desde a infância, para que essas meninas não se criem marginalizadas e que não precisem cair na prostituição, visto se ela caiu uma vez por necessidade, e agora não consegue vislumbrar outras possibilidades.

No que se refere à questão da prostituição, em muitas afirmações foi possível perceber que esta é vista como uma forma de subsistência a partir de dois sentidos: a dificuldade efetiva de se relacionar ou de permanecer no mercado formal de trabalho, ou ainda, vinculada a remuneração, visto que muitas vezes, a ocupação de vagas precárias e pouco valorizadas remuneram significativamente se comparados aos ganhos obtidos com a prostituição.

6 Considerações Finais

Nossa pesquisa foi realizada com duas mulheres transexuais/travestis e alguns breves relatos obtidos com outras transexuais que estão ou estiveram inseridas recentemente no mercado de trabalho. As respostas não são e nem poderiam ser completas, precisas e acabadas. Nossa intenção neste trabalho foi a de mostrar algumas dificuldades enfrentadas por esta minoria com relação as possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho.

Notamos que não há consenso no mundo acadêmico e político sobre o que é gênero, o que é ser transexual ou travesti. Embora exista um esforço em diferenciar travestis e transexuais foi possível notar que muitas destas pessoas transitam entre tais posições de sujeito. Afirmar que as travestis não desejam a cirurgia de mudança de sexo, pois sentem prazer com o pênis e que as transexuais sentem desconforto e infelicidade em relação ao pênis, necessitando fazer a cirurgia é atribuir a sexualidade como fator determinante na construção da identidade. Porém, observamos que a construção da identidade dos travestis e transexuais tem uma relação maior com questões sociais, com as experiências culturalmente construídas, bem como com relação aos reconhecimentos sociais. Porém, existem controvérsias em relação à necessidade de cirurgia de mudança de sexo. Como demonstrado na fala de uma das entrevistadas, a travesti, por exemplo, não precisa ter uma vagina para ser do gênero feminino e não deveria precisar disso para ser reconhecida pela sociedade como tal.

Ao longo do artigo, foram citadas algumas barreiras e preconceitos enfrentados por essa minoria, especialmente quando procuram se inserir no mercado formal de trabalho. São poucas transexuais e travestis que conseguem se inserir no mercado formal. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil. Não vão para a rua por escolha, mas por falta de opção. A sociedade condena a prostituição, mas acaba ignorando o fato de que a prostituição acaba por ser uma saída que essas pessoas encontram tendo em vista que a mesma sociedade tem menosprezado e fechado as portas para estas pessoas. Muitas travestis e transexuais acabam por abandonar os estudos quando jovens devido às violências físicas e psíquicas sofridas. Em consequência da baixa ou quase inexistente qualificação acabam por ter maior dificuldade para ingressar em empregos de maior prestígio e remuneração, relatando situações de discriminação no desempenho de suas funções mesmo que em formas mais precarizadas de trabalho.

Além da questão da (falta de) formação profissional, a pesquisa permitiu identificar que outra grande barreira imposta no ambiente de trabalho é justificada por legitimações burocráticas, visto que a lei brasileira regulamenta de modo incipiente critérios para alteração do nome em documentos, ou mesmo legitima a transexualidade como patologia psiquiátrica. No caso do uso do nome social, foi possível verificar a legitimação de violências psíquicas enfrentadas por profissionais que devem carregar consigo nomes não coerentes com suas identidades de gênero, ou ainda, a dificuldade da mudança de nome em função de sua vinculação à cirurgia da mudança de sexo. Quanto ao transexualismo estar presente na lista de doenças mentais, há rumores da possibilidade de sua “despatologização”, todavia, enquanto isto não acontece, determinismos psiquiátricos têm contribuído com a legitimação de discursos discriminatórios, além de justificar a não inserção de tais profissionais em determinados cargos.

Deve-se destacar que muito se tem avançado sobre essas discussões, todavia, a sociedade e o Estado em seus discursos pregam o “fim” desse preconceito, mas nem sempre estimulam ações em prol dessa minoria. Políticas públicas de educação voltadas para princípios de igualdade de gênero, políticas de profissionalização dessas minorias, alterações legais quanto ao uso do nome social e revisões na lista de patologias psíquicas também poderiam se mostrar como possibilidades de atenuação dos problemas aqui apresentados.

Esta pesquisa apresenta como limitações a realização de um número limitado de entrevistas, bem como a restrição a apenas um município. Certamente, essas limitações abrem possibilidades de desenvolvimento de estudos futuros com maior amplitude, tanto amostral quanto geográfica.

Referências

- ABGLT. **Manual de Comunicação LGBT**. Disponível em <<http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>> acessado em 24 fev. 2015.
- AET : Asociación Española de Transexuales. Como afrontar la transfobia em el puesto de trabajo. **Comisiones Obreras de Castilla y León**. , 20 y 21 de octubre de 2007.
- ARÁN, Márcia; PEIXOTO JR., Carlos Augusto. Subversões do desejo: gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, Jan./Jun. 2007.
- BAZARGAN, Mohsen; GALVAN, Frank. Perceived discrimination and depression among low-income Latina male-to-female transgender women. **BMC Public Health**. V.12, n.663, pp. 1-8, 2012.
- BENTO, Berenice. **Sexuality and trans experiences: from the hospital to the bedroom**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. , vol.17, n.10, pp. 2655-2664. ISSN 1413-8123, 2012
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- BICALHO, R. A. Categorias Frankfurteanas para uma tipologia da violência nas organizações. **Anais do Encontro de Estudos Organizacionais**, Belo Horizonte, Maio, 2008.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Trad. Renato Aguiar.
- CESAR, A. M. R. V. C. . Método do Estudo de Caso (Case studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. **REMAC Revista Eletrônica Mackenzie de Casos**, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 1-23, 2005.
- CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FREITAS, Henrique; MOSCAROLA, Jean. Da observação à decisão: Métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados. **RAE-Eletrônica**. São Paulo, v.1, n.1, pp. 1-30, 2002.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, pp. 20-29, 1995A.

_____. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, pp. 57-63, 1995B.

JOBSON, Geoffrey A.; THERON, Liesl B; KAGGWA, Julius K.; KIM, He-Jin. Transgender in Africa: Invisible, inaccessible, or ignored? **SAHARA-J: Journal of Social Aspects of HIV/AIDS**. v.9, n.3, pp. 160-163, 2012.

JOHNSON, Matt. Transgender Subject Access: History and Current Practice. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 48, n.8, pp. 661-683, 2010.

MACDONNELL, Judith A.; GRIGOROVICH, Alisa. Gender, Work, and Health for Trans Health Providers: A Focus on Transmen. **International Scholarly Research Network**. v.2012, pp. 1-11, 2012.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno; BRITO, Walderes. Políticas Públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.416, pp.297-320, 2014.

O'HARA, Caroline; DISPENZA, Franco; BRACK, Gregory; BLOOD, Rebecca A.C. The Preparedness of Counselors in Training to work with transgender clients: A mixed methods investigation. **Journal of LGBT Issues in Counseling**.v.7,n.3, pp. 236-256, 2013.

PERES, Wilian Siqueira, **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. 2009.

ROJAS, Vera Patricia. La discriminación en los procesos de selección de personal, Ginebra, **Oficina Internacional del Trabajo**, pp. 2-84, 2006.